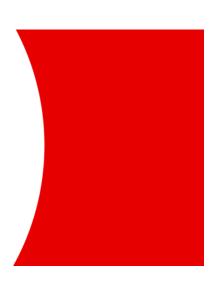
RELATÓRIO ANUAL 2017







Índice

Quem somos e nossa história

Missão, Visão e Valores

Banco Globalizado

Recursos Humanos

Responsabilidade Social

Gerenciamentos de Risco

Balanços Patrimoniais

Demonstração de Resultado

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstrações do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Ouvidoria

Endereços e Telefones



Quem somos e nossa história

O MUFG Bank, Ltd. é uma instituição financeira com sede no Japão e resulta de diversas fusões e incorporações de instituições financeiras reconhecidas no Japão e no mundo.

Por centenas de anos, o MUFG Bank, Ltd. tem ajudado seus clientes a atingir os seus objetivos financeiros. Desde o início, a organização mantém a tradição de cultivar a excelência nos relacionamentos com os clientes, por meio de atendimento personalizado e duradouro.

No Brasil, a sua trajetória começou em 1919 com a instalação, no Rio de Janeiro, da filial japonesa do Yokohama Specie Bank, posterior Bank of Tokyo. Já o Mitsubishi Bank passou a atuar no Brasil em 1950 por meio do Banco Tozan, criado em 1926 para atender à crescente demanda do café.

Em 1996, com a fusão do Mitsubishi Bank e Bank of Tokyo foi criado o The Bank of Tokyo-Mitsubishi, Ltd.

Em 2006, o The Bank of Tokyo-Mitsubishi e UFJ Bank (United Financial of Japan) se unem para formar o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. a maior instituição financeira do Japão e uma das maiores do mundo com presença em mais de 50 países. No Brasil é adotado o nome Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A.

Em 1º de abril de 2018, uma iniciativa global unificou as marcas das unidades operacionais da Holding Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG), mudando oficialmente o nome do banco para MUFG Bank, Ltd. No Brasil o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A passou a se chamar **Banco MUFG Brasil S.A.**



Missão, Visão e Valores

O Banco MUFG Brasil S.A. possui uma gestão sólida que inspira confiança e credibilidade. Nossos quase 100 anos de atuação no País são baseados em valores que visam garantir um relacionamento forte e duradouro com nossos clientes.

✓ MISSÃO

Ser uma instituição de força, empenhada em satisfazer as necessidades de nossos clientes, servindo à sociedade e promovendo o crescimento compartilhado e sustentável para um mundo melhor.

✓ VISÃO

Ser o grupo financeiro mais confiável do mundo.

✓ VALORES

1. Integridade e responsabilidade

Ser justo, transparente e honesto.

Agir de forma responsável para satisfazer aos interesses dos clientes e da sociedade como um todo, construindo um relacionamento de longo prazo e retribuindo à nossa comunidade.

2. Profissionalismo e trabalho em equipe

Respeitar a diversidade dos nossos profissionais e incentivar um espírito de trabalho em equipe. Trabalhar para obter o nível mais alto de profissionalismo.

3. Desafio de crescimento

Adotar uma perspectiva global de antecipar as tendências e oportunidades de crescimento. Criar e sustentar um ambiente de trabalho dinâmico, onde todos possam se concentrar em fornecer um excelente serviço aos clientes e encarar novos desafios.



Banco Globalizado

O MUFG Bank, Ltd. é o principal banco do Japão e está presente em 50 países. A instituição oferece um escopo abrangente de produtos e serviços de atividades bancárias comerciais e de investimento para empresas, governos e pessoas físicas em todo o mundo. No continente americano, conta com unidades nos Estados Unidos, Canadá, México, Brasil, Chile, Peru, Argentina e Colômbia, atendendo principalmente a clientes corporativos.

A Holding controladora do MUFG Bank, Ltd. é o Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG) é um dos maiores e mais diversificados grupos financeiros do mundo com um total de ativos de aproximadamente US\$ 2.7 trilhões (dezembro de 2017). Os serviços oferecidos incluem commercial banking, trust banking, securities, cartões de crédito, consumer finance, asset management e operações de leasing.

Entre as unidades operacionais do grupo MUFG estão o MUFG Bank, Mitsubishi UFJ Trust and Banking Corporation (o principal trust bank do Japão), Mitsubishi UFJ Securities Holdings Co., Mitsubishi UFJ NICOS Co. e Mitsubishi UFJ Leasing & Finance Limited. As ações do MUFG são negociadas nas bolsas de valores de Tóquio, Osaka, Nagoya e Nova Iorque (NYSE: MUFG), com capitalização de mercado de US\$ 76 bilhões em 19 de março de 2012.

Em 2008, o MUFG adquiriu 100% da posse do Union Bank, um banco de varejo e atacado com sede em São Francisco (Estados Unidos) e atuação nas cidades da Califórnia, Illinois, Oregon, Texas, Nova Iorque e Washington. No mesmo ano, o grupo adquiriu participação acionária no Morgan Stanley, e hoje detém 22,4% de ações ordinárias da companhia.

No Brasil, o MUFG também tem 2,49% de ações ordinárias do Banco Bradesco S.A. O direcionamento no País é para atividades bancárias em grande escala, com escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro, que contam com a força do grupo para oferecer soluções customizadas e atendimento personalizado, mantendo a essência e tradição de um banco respeitado mundialmente.



Recursos Humanos

Presente no País há quase 100 anos, o Banco MUFG Brasil S.A. tem o compromisso de construir relacionamento sólido com os clientes, os colaboradores e a sociedade baseados em nossos valores corporativos:

- Integridade e Responsabilidade
- Profissionalismo e Trabalho em equipe
- Desafio de crescimento

Em 2011, recebemos uma injeção de capital, ampliamos nossas operações no Brasil e iniciamos um processo de crescimento bastante acentuado. Nos últimos anos, alavancamos o número de colaboradores, investindo fortemente no capital humano por meio de uma gestão de Recursos Humanos estratégica, voltada à sustentabilidade do negócio a longo prazo.

Nossos direcionamentos estratégicos para as ações em gestão de pessoas são:

- Educação como base para o desenvolvimento individual e do Banco
- Desenvolvimento organizacional e do indivíduo
- Atração e retenção de talentos
- Remuneração e reconhecimento como uma fonte de motivação básica, mas não única
- Cultura híbrida como identidade organizacional
- Clima interno como agente de evolução

Estamos sempre em busca de profissionais e jovens talentos que acreditam em nossos valores, que possuam capacidade de propor soluções criativas e tenham o prazer de atuar em um ambiente multicultural e de alto desempenho.



Responsabilidade Social

O Banco MUFG Brasil S.A. compartilha com as comunidades nas quais atua, seu maior bem: o talento de seus colaboradores. As ações de voluntariado corporativo do banco envolvem 70% dos colaboradores e suas famílias.

O Mitsubishi UFJ Financial Group (MUFG), Holding a qual pertence o Banco MUFG Brasil S.A., é signatário do mais importante protocolo de finanças sustentáveis do mundo, Princípios do Equador, há mais de uma década.

Por adesão voluntária, este protocolo é composto de padrões que orientam o desenvolvimento de negócios de forma social e ambientalmente responsável e foi o marco inicial da prática da sustentabilidade dentro do MUFG.

As iniciativas de Responsabilidade Socioambiental promovidas pelo Banco MUFG Brasil S.A. estão alinhadas aos valores institucionais do MUFG e baseiam-se nos princípios de preservação do meio ambiente e apoio às gerações futuras. Sua realização reitera, assim, o compromisso do Grupo em ser uma instituição de força, empenhada em satisfazer as necessidades dos clientes, servindo a sociedade e promovendo o crescimento compartilhado e sustentável para um mundo melhor.

Desde 2011, quando o Banco MUFG Brasil S.A. ampliou suas práticas e a abrangência de sua atuação em Responsabilidade Socioambiental, priorizando a oferta de um ambiente de trabalho dinâmico aos colaboradores, o estabelecimento de relações éticas com os clientes e o apoio à comunidade. Assim, o tema tem ganhado relevância em nossas práticas de gestão e na relação com os colaboradores. Como resultado, conquistamos por cinco anos consecutivos, 2012 a 2016, o maior reconhecimento mundial do Grupo MUFG para ações de apoio comunitário – o Corporate Social Responsibility Award / Gives Back.



Gerenciamento de Riscos

O Banco MUFG Brasil S.A. considera o processo de gerenciamento de riscos essencial em todas as suas atividades, utilizando-o para agregar valor aos seus negócios, proporcionar suporte no planejamento de suas atividades e maximizar a utilização de recursos próprios e de terceiros em benefício de seus acionistas e da sociedade como um todo.

Consideramos, ainda, que a adoção destas medidas é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços oferecidos no mercado, assim como pela globalização dos negócios.

Por esta razão, o Banco MUFG Brasil S.A. aprimora continuamente suas atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos, aplicando e aliando as melhores práticas do mercado financeiro internacional às práticas locais.

A estrutura organizacional para o gerenciamento de riscos no Banco MUFG Brasil S.A. conta com a participação diretiva, mediante o funcionamento de comitês executivos subordinados à Presidência. Tais comitês estabelecem as políticas e diretrizes para o acompanhamento dos riscos.

Há, também, uma área independente da área de negócios, o Risk Management, que tem por atribuição a responsabilidade pelo monitoramento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional de forma integrada, demonstrando o compromisso da instituição com o tema e assegurando um gerenciamento adequado que também atenda às exigências do regulador e aos conceitos emanados pelo Novo Acordo de Capitais da Basileia (Basileia III).





✓ Risco de Crédito

Risco de Crédito (Credit Risk) – é a possibilidade de ocorrência de redução ou perda de valor dos ativos do Banco, associadas ao não cumprimento (incapacidade) pelo tomador ou contraparte de cumprir suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados, à desvalorização do crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador; à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação; à possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito e outras operações de natureza semelhante.

A estrutura do Gerenciamento do Risco de Crédito visa cumprir o disposto na Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2.017, que dispõe sobre a estrutura de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital.

O objetivo do gerenciamento do risco de crédito é o de estabelecer uma base sólida de informações por meio de controles de risco e gestão de carteiras de forma proativa e contínua, de tal forma que o Banco possa tomar as medidas necessárias e de forma antecipada para evitar ou minimizar as perdas em seus ativos.

A área responsável pelo gerenciamento do risco de crédito é DRM - Credit Risk, que fará essa gestão através de sistemas que controlem a aderência às políticas vigentes e façam a identificação, mensuração e mitigação desses riscos associados a cada operação de cliente ou grupo econômico.

✓ Risco de Mercado

O Banco MUFG Brasil S.A. define o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da variação de fatores de risco como taxa de juros, taxas de câmbio, índices e preços.

O Banco MUFG Brasil S.A. adota uma política e uma exposição muito conservadora aos fatores de risco de mercado. O controle de cada um desses fatores de risco é monitorado, controlado e supervisionado por uma área independente da área de negócios – Risk Management – grupo Market Risk Control – que, por meio de sistemas, controla efetivamente o risco de mercado de forma global, a fim de prevenir a redução das posições, quando necessário.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado conta com a participação diretiva do Banco MUFG Brasil S.A. por meio do Asset Liability Management Committee (Comitê de ALM), pelo qual são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento do risco de mercado.



A política de gestão do risco de mercado do Banco MUFG Brasil S.A. consiste no monitoramento diário das posições sujeitas ao risco de mercado e dos respectivos limites estabelecidos, que emprega as metodologias de Value at Risk (VaR), Teste de Estresse e Análise de Sensibilidade, além de limites de Stop Loss e Exposição Financeira.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado foi elaborada com base na Resolução nº4.557 do Conselho Monetário Nacional de 23 de fevereiro de 2017.

Para que as atividades de gerenciamento do risco de mercado possam ser acompanhadas, o Banco MUFG Brasil S.A. mantém:

- a) Políticas revisadas periodicamente e estratégias claras sobre os riscos de mercado
- b) Processos e sistemas que permitem o acompanhamento das operações do Banco MUFG Brasil S.A.de forma tempestiva de relatórios dos riscos de mercado que são encaminhados à direção do Banco MUFG Brasil S.A.
- c) Controle das posições e dos resultados por portfólios/instrumentos financeiros; vis-à-vis os limites locais internos ou definidos pelo MUFG Bank. (acionista controlador) a matriz
- d) Modelos de mensuração de risco de mercado tanto para cenários de rotina, quanto para cenários de estresse
- e) Adoção de limites de perda (Stop Loss) para os portfólios de negociação (Trading)
- f) Acompanhamento dos limites operacionais estabelecidos pelo Banco Central do Brasil
- g) Processo formal para implantação de novos produtos e operações
- h) Revisão semestral dos limites locais internos

✓ Risco de Liquidez

O Banco MUFG Brasil S.A. define o risco de liquidez como o risco que advém da possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Define-se, também, como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Banco MUFG Brasil S.A. adota uma política de manutenção conservadora dos níveis de liquidez e o controle, o monitoramento e a supervisão são feitos por uma área independente da área de negócios – Risk Management – grupo Market Risk Control, que controla efetivamente o risco de liquidez de forma global, a fim de prevenir qualquer incapacidade financeira do Banco MUFG Brasil S.A.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez conta com a participação diretiva do Banco MUFG Brasil S.A. através do Asset Liability Management Committee (Comitê de ALM), pelo qual são estabelecidas as estratégias e diretrizes para a gestão, o monitoramento e o acompanhamento do risco de liquidez.



A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez foi elaborada com base na Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional de 23 de fevereiro de 2017.

Para que as atividades de gerenciamento do risco de liquidez possam ser acompanhadas, o Banco MUFG Brasil S.A. mantém:

- a) Políticas revisadas periodicamente, estratégias que estabeleçam limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos
- b) Processos para controlar a exposição em diferentes horizontes de tempo, inclusive intradia e para cada moeda, permitindo o acompanhamento das operações do Banco MUFG Brasil S.A. de forma tempestiva de relatórios do risco de liquidez que são encaminhados à direção do Banco MUFG Brasil S.A.
- c) Políticas e estratégias de captação que proporcionem diversificação das fontes de recursos e prazos de vencimento
- d) Plano de contingência de liquidez revisado periodicamente
- e) Realização periódica de Testes de Estresse, com cenários de curto e longo prazo, idiossincráticos e sistêmicos
- f) Avaliação do risco de liquidez como parte da aprovação de novos produtos
- g) Revisão semestral dos limites locais.

✓ Risco Operacional

O Banco MUFG Brasil S.A. define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O gerenciamento de risco operacional é efetuado por uma área independente da área de negócios – Risk Management – grupo Operational Risk Control. Para obter eficiência na gestão de risco operacional, a instituição aprimora suas ferramentas de identificação e avaliação de riscos e se empenha na implantação de controles que estão efetivamente contribuindo para uma melhor gestão do risco operacional.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional conta com a participação diretiva do Banco MUFG Brasil S.A. por meio do comitê de gerenciamento de risco operacional e com os responsáveis pelas áreas, em todos os níveis da organização, que são os principais responsáveis por identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos, de forma a incorporar o conceito de gerenciamento de risco operacional no dia a dia dos negócios. Essa estrutura é apoiada por um sistema informatizado pelo qual são contemplados os riscos inerentes aos processos, conforme as oito categorias definidas pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 23 de fevereiro de 2017.

Algumas atividades relacionadas à gestão de riscos operacionais são desempenhadas pelas áreas, tais como: riscos legais; gerenciamento de contratos de terceiros; conformidade às normas e regulamentos; combate à lavagem de dinheiro; gerenciamento de crises e plano de continuidade de negócios; práticas inadequadas a clientes, produtos e serviços; ativos



tangíveis; e segurança da informação. Sendo estas responsáveis pela elaboração, disseminação e revisão das respectivas políticas e procedimentos, bem como a elaboração de relatórios destas atividades à alta administração.

No que se refere à mensuração quantitativa do risco operacional, o Banco MUFG Brasil S.A. identifica os eventos de perdas relativos aos riscos, padroniza as informações e forma uma base de dados de perdas operacionais, conforme determinação do acionista controlador (a matriz), os quais também estão em consonância com as necessidades da regulamentação local. Estes eventos de perdas são avaliados individualmente a cada ocorrência e têm estabelecidos planos de ação como medidas preventivas para mitigar os riscos operacionais apresentados.

✓ Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital

Em atendimento a Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional, substituída pela Resolução n.º 4.277 publicada em 23 de Fevereiro de 2017, o Banco MUFG Brasil S.A. indicou em 25 de novembro de 2011 o diretor responsável e definiu o Departamento Risk Management - Grupo Market Risk Control como a estrutura organizacional para a implementação da estrutura de gerenciamento de capital. Em reunião de diretoria realizada em 08 de março de 2018, o Banco MUFG Brasil S.A. aprovou a Política Institucional, os processos, procedimentos e sistemas necessários para a implementação da Estrutura de Gerenciamento de Capital, que são revisados anualmente. Em conformidade com os artigos 5º e 8º da Resolução nº 3.988 foi aprovado em Reunião de Diretoria, o Plano de Capital do Banco MUFG Brasil S.A.



Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo		2017	2016	Passivo		2017	2016
Circulante		19 291 561	14 624 879	Circulante		18 901 889	15 549 027
Disponibilidades	(Nota 4)	19 776	10 845	Depósitos	(Nota 11)	3 041 236	2 507 101
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 5)	4 243 752	4 104 040	Depósitos à vista		49 166	90 079
Aplicações em operações compromissadas		4 193 960	3 174 367	Depósitos interfinanceiros Depósitos a prazo		20 735 2 971 335	20 150 2 396 872
Aplicações em depósitos interfinanceiros Aplicações em moedas estrangeiras		23 331 26 461	929 673	Obrigações por operações compromissadas	(Nota 11)	138 873	<u> </u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos	(Nota 6)			Carteira própria		138 873	-
financeiros derivativos	-	2 182 785	1 274 723	Recursos de aceites e emissão de títulos	(Nota 11)		38 130
Carteira própria Vinculados a compromissos de recompra		236 958 155 121	113 814	Obrigações por emissão de letras financeiras		-	38 130
Instrumentos financeiros derivativos Vinculados a prestação de garantias	(Nota 19)	102 769 1 687 937	358 154 802 755	Relações interfinanceiras			4
Relações interfinanceiras		3 241	30 837	Recebimentos e pagamentos a liquidar		-	4
Créditos vinculados:		2.600	20.260	Relações interdependências		38 313	20 269
Depósitos no Banco Central Correspondentes		2 689 552	30 369 468	Recursos em trânsito de terceiros		38 313	20 269
Operações de crédito	(Nota 7)	596 601	609 605	Obrigações por empréstimos	(Nota 12)	2 960 133	3 511 200
Operações de crédito:				Empréstimos no exterior		2 960 133	3 511 200
Setor privado Provisão para créditos de liquidação duvidosa		606 985 (10 384)	611 809 (2 204)	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	(Nota 12)	114 852	95 717
Outros créditos		12 240 470	8 589 874	BNDES		23 483	55 710
Carteira de câmbio	(Nota 13a)	12 206 532	8 567 361	Finame Outras instituições oficiais		11 024 80 345	7 904 32 103
Rendas a receber Negociação e intermediação de valores		3 793 1 258	9 938 12 203	Obrigações por repasses do exterior	(Nota 12)	222 197	209 470
Diversos Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(Nota 8) (Nota 7)	29 542 (655)	1 379 (1 007)	Repasses do exterior		222 197	209 470
Outros valores e bens	_	4 936	4 955	Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 19)	433 393	459 858
Despesas antecipadas		4 936	4 955	Instrumentos financeiros derivativos		433 393	459 858
Não Circulante	<u>-</u>	1 365 503	3 058 861	Outras obrigações		11 952 892	8 707 278
Títulos e valores mobiliários e instrumentos	(Nota 6)			Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		177	570
financeiros derivativos	-	951 418	2 497 290	Carteira de câmbio Sociais e estatutárias	(Nota 13b)	11 726 765 2 569	8 370 653 1 711
Carteira própria Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 19)	394 000 175 991	284 961 448 911	Fiscais e previdenciárias Negociação e intermediação de valores	(Nota 14)	121 320 24 134	119 362 120 210
Vinculados a prestação de garantias		381 427	1 763 418	Diversas	(Nota 17)	77 927	94 772
Operações de crédito Operações de crédito:	(Nota 7)	97 663	205 245	Passivo Não Circulante		364 118	812 364
Setor privado Provisão para créditos de liquidação duvidosa		99 695 (2 032)	206 733 (1 488)	Obrigações por operações compromissadas	(Nota 11)	15 176	-
Outros créditos		316 103	355 439	Carteira própria		15 176	-
Carteira de câmbio	(Nota 13a)	7 852	7 121	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	(Nota 12)	22 283	80 991
Diversos	(Nota 8)	308 251	348 318	BNDES		2 530	28 008
Outros valores e bens	-	319	887	Finame Outras instituições oficiais		19 753 -	19 143 33 840
Despesas antecipadas		319	887	Obrigações por repasses do exterior	(Nota 12)		20 317
Permanente	(Nota 9)	63 738	63 124	Repasses do exterior		-	20 317
Investimentos	-	11	1	Instrumentos financeiros derivativos	(Nota 19)	192 249	584 592
Outros investimentos Provisão para perdas		196 (195)	196 (195)	Instrumentos financeiros derivativos		192 249	584 592
Imobilizado de uso	<u>-</u>	27 671	33 318	Outras obrigações		134 410	126 464
Imóveis de uso		34 831	30 457	Carteira de câmbio	(Nota 13b)	5 877	7 457
Outras imobilizações de uso Depreciações acumuladas		29 058 (36 218)	33 927 (31 066)	Diversas	(Nota 17)	128 533	119 007
Ativo Intangível	-	36 066	29 805	Resultado de exercícios futuros		1 344	800
Ativos intangíveis		68 158	54 573	Patrimônio líquido	(Nota 18)	1 453 451	1 384 673
Amortização acumulada		(32 092)	(24 768)	Capital social		853 071	853 071
				De domiciliados no País De domiciliados no exterior		4 445 848 626	4 445 848 626
				Reservas de capital Reservas de lucros		5 103 604 013	5 103 533 675
				Ajustes de avaliação patrimonial Ações em tesouraria		(4 682) (4 054)	(3 122) (4 054)
Total do ativo	-	20.720.802	17.746.864	Total do passivo e patrimônio líquido		20.720.802	17.746.864



Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	-	2º semestre	Exercíci	0
		2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira	_	396 933	741 442	(25 615)
Operações de crédito		50 966	79 600	38 733
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		314 323	647 308	927 322
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(41 103)	(40 581)	(991 670)
Resultado de operações de câmbio		72 747	55 115	-
Despesas da intermediação financeira	-	(236 193)	(432 635)	388 222
Operações de captação no mercado		(112 953)	(254 222)	(243 113)
Operações de empréstimos e repasses		(113 877)	(170 041)	720 050
Resultado de operações de câmbio		-	-	(97 093)
Reversão de provisão para crédito de liquidação duvidosa		(9 363)	(8 372)	8 378
Resultado bruto da intermediação financeira	_	160 740	308 807	362 607
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(66 162)	(157 226)	(193 340)
Receitas de prestação de serviços	(Nota 24e)	17 832	33 443	35 962
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 24e)	515	1 076	1 150
Despesas de pessoal	(Nota 24a)	(68 986)	(132 786)	(135 106)
Outras despesas administrativas	(Nota 24b)	(31 538)	(67 199)	(66 861)
Despesas tributárias		(8 543)	(19 967)	(27 264)
Outras receitas operacionais	(Nota 24c)	28 704	42 700	17 558
Outras despesas operacionais	(Nota 24d)	(4 146)	(14 493)	(18 779)
Resultado operacional	-	94 578	151 581	169 267
Resultado não operacional	_	(4)	329	(581)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	_	94 574	151 910	168 686
Imposto de renda e contribuição social	_	(49 648)	(77 349)	(85 716)
Provisão para imposto de renda		(17 584)	(21 072)	(30 684)
Provisão para contribuição social		(14 400)	(17 200)	(24 735)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições		(17 664)	(39 077)	(30 297)
Lucro líquido do semestre / exercício	-	44.926	74.561	82.970
Quantidade de ações em circulação (por lote de mil ações)	=	4 331 521	4 331 521	4 331 521
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	=	10,37	17,21	19,15
	_			



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (Em milhares de Reais)

		Reservas de capital		Reservas de lucro					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	Capital Social 853 071	Ágio por subscrição de ações 4 947	Outras reservas de capital	Legal 31 133	Estatutária 424 271	Ajustes de avaliação patrimonial (2 343)	Lucros acumulados	Ações em tesouraria (4 054)	Total 1 307 181
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda	- 055 071		- 130	51 155		(1 083)		(+ 03+)	(1 083)
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados	_	_	_	_	_	304	_	_	304
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	3	-	-	-	3
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	82 970	-	82 970
Destinação do lucro:									
Reserva legal	-	-	-	4 149	-	-	(4 149)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(4 702)	-	(4 702)
Transferência para reserva estatutária					74 119		(74 119)		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	853.071	4.947	156	35.282	498.393	(3.122)		(4.054)	1.384.673
Mutações do exercício				4 149	74 122	(779)			77 492
Saldos em 31 de dezembro de 2016	853 071	4 947	156	35 282	498 393	(3 122)		(4 054)	1 384 673
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda	-					903	-		903
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados	-	-	-	-	-	(2 463)	-	-	(2 463)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3	-	- 74 561	-	3 74 561
Destinação do lucro:							,		7.1301
Reserva legal	_	_	_	3 728	_	_	(3 728)	_	_
Dividendos	_	-	-	-	-	-	(4 226)	-	(4 226)
Transferência para reserva estatutária	_	_	_		66 607	_	(66 607)	_	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	853.071	4.947	156	39.010	565.003	(4.682)	-	(4.054)	1.453.451
Mutações do exercício			-	3 728	66 610	(1 560)			68 778
Saldos em 30 de junho de 2017	853 071	4 947	156	36 764	524 868	(2 103)		(4 054)	1 413 649
Ajuste de avaliação patrimonial - Disponíveis para venda						(116)			(116)
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefício a empregados	-	-	-	-	-	(2 463)	-	-	(2 463)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	44 926	-	44 926
Destinação do lucro:				2.246			(2.246)		
Reserva legal Dividendos	-	-	-	2 246	-	-	(2 246) (2 546)	-	(2 546)
	-	-	-	-	40 134	-	(40 134)	-	(2 340)
Transferência para reserva estatutária Saldos em 31 de dezembro de 2017	853.071	4.047	156	39.010		(4 692)	(40 134)	(4.054)	1 453 451
	855.0/1	4.947	156		565.003	(4.682)		(4.054)	1.453.451
Mutações do semestre				2 246	40 135	(2 579)			39 802



Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017 (${\rm Em}$ milhares de Reais)

(Em minares de Reais)	2º semestre	Exercício		
	2017	2017	2016	
Caixa gerado nas atividades operacionais	58 433	58 296	(1 716 781)	
Lucro líquido do semestre / exercício	44 926	74 561	82 970	
Ajustes ao lucro líquido:	25 946	60 228	28 554	
(Reversão) / Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	353	(322)	(23 076)	
(Reversão) de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(36)	(352)	(5 298)	
Depreciações e amortizações	6 520	12 675	10 235	
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	1 044	8 606	18 203	
Constituição de provisão atuarial	-	-	(1 570)	
Imposto de Renda e Contribuição Social s/Lucro Líquido (Diferido)	17 664	39 077	30 297	
Variação nos resultados de exercícios futuros	401	544	(237)	
Lucro líquido ajustado	70 872	134 789	111 524	
Variação nos ativos operacionais:	(1 118 170)	(2 914 528)	(5 894 608)	
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(244 577)	(107 001)	(529 121)	
Redução em títulos e valores mobiliários e derivativos	236 265	636 250	54 252	
(Aumento) / Redução em relações interfinanceiras e interdependências	70 922	45 636	(40 997)	
(Aumento) / Redução em operações de crédito	(75 707)	120 908	17 871	
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(1 105 073)	(3 610 321)	(5 396 613)	
Variação nos passivos operacionais:	1 105 731	2 838 035	4 066 303	
Aumento em depósitos	148 209	534 136	255 424	
(Redução) / Aumento em captações no mercado aberto	147 589	154 049	(31 015)	
(Redução) / Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras	-	(38 130)	4 929	
(Redução) / Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	192 124	(598 230)	(665 618)	
(Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(365 488)	(418 808)	(1 869 848)	
Aumento em outras obrigações	983 297	3 205 018	6 372 431	
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(6 739)	(13 290)	(10 810)	
Alienação de imobilizado de uso	18 942	24 686	23 183	
Aquisição de imobilização de uso	(8 328)	(19 144)	(16 470)	
Aplicação no intangível	(17 353)	(18 832)	(17 523)	
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	(1 677)	(3 364)	(7 773)	
Dividendos pagos	(1 677)	(3 364)	(7 773)	
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	50.017	41.642	(1.735.364)	
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre / exercício	3 168 276	3 176 651	4 912 015	
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre / exercício	3 218 293	3 218 293	3 176 651	
Aumento / (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	50.017	41.642	(1.735.364)	
	20.017	.1,072	(21.001004)	



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

O Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A ("Banco") desenvolve as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e em consonância com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração para divulgação em 12 de março de 2018.

3 Principais práticas contábeis

Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração de resultado

A apuração de resultado é reconhecida para fins contábeis pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para obrigação atuarial e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas são revistas pelo menos anualmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem de futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.



c. Ativos e passivos, circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "*pro-rata*" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os demais ativos e passivos são considerados como não circulante.

d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

As carteiras de títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

• Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas conforme a Circular BACEN Nº 3.068/01, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

 Títulos para negociação – títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados.

Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independentemente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida no resultado do período.

- Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco não possuía títulos classificados na categoria para negociação.
- II. Títulos disponíveis para venda títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados no resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.
- III. Títulos mantidos até o vencimento títulos e valores mobiliários para os quais existem intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até o vencimento.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor da aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro-rata" dia, os quais estão registrados no resultado do período, sendo registradas provisões para perdas sempre que houver perda permanente no valor de realização de tais títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o Banco não possuía títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.



• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data da sua aquisição, de acordo com a intenção do Banco em utilizá-lo como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular BACEN nº 3.082/02.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendem aos créditos de proteção são registradas pelo seu correspondente valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização decorrente de tal ajuste ao valor de mercado em adequada conta de receita ou despesa.

Os derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos "hedge", são classificados como:

- I. "Hedge" de risco de mercado são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge".
 - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizadas, reconhecidos no resultado do período;
- II. "Hedge" de fluxo de caixa são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado.

A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente no resultado do período.

e. Operações de crédito, operações de câmbio e provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa e avais e fianças prestadas

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração, fundamentada nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e não vencidas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras, e na política de avaliação de risco da Administração do Banco, observando os parâmetros estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7c, são consideradas suficientes pela Administração, atendem ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

Conforme Nota Explicativa nº 16, as provisões para avais e fianças, estão adequadas de acordo com os modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes avaliados pela Administração.



Considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas, conforme Resolução CMN nº 2.682/99.

f. Ativo permanente

Investimentos – Os títulos patrimoniais são avalizados pelo custo da aquisição, deduzido, quando aplicável, de provisão para perdas.

Imobilizado de Uso – Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. As principais taxas são: 4% para imóveis de uso- edificações; 10% para instalações, móveis e equipamentos, sistemas de segurança e de comunicação e 20% para sistema de processamento de dados e transporte.

Ativo intangível – correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

g. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment".

h. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240 (lucro semestral de R\$ 120). E a provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 a dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019 sobre o lucro ajustado antes do imposto de renda. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias conforme Nota Explicativa nº 21. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

i. Negociação e intermediação de valores

As negociações e intermediações de valores são demonstradas pelos saldos das operações realizadas na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão pendentes de liquidações dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos.



j. Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando o Banco tem uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos passados. E que seja provável a saída de recursos para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado confiavelmente.

Quando há um grupo de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada pelo Banco, levando-se em consideração o grupo de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído no mesmo grupo de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação é reconhecido na conta "Outras despesas operacionais".

k. Benefícios pós-emprego

O Banco é patrocinador da Previda Sociedade de Previdência Privada ("Previda"), um plano de benefício complementar, de benefício definido, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço e de juros.

A obrigação relativa a beneficios definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando método de unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial .Os custos de serviços correntes e passado, bem como custo e receita de juros são reconhecidos na demonstração do resultado.

O plano de benefício definido foi fechado para novos integrantes em Agosto de 2013. Atualmente, o banco disponibiliza o plano de contribuição definida aos seus funcionários.

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, de contribuição definida, administrado pelo Multipensions Bradesco Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada, Fitprev Plano de Benefícios de Contribuição Definida ("Fitprev") para seus funcionários e administradores, admitidos após o fechamento do plano Previda.

4 Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento na data da aquisição é igual ou inferior a 90 dias, de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor. Em 31 de dezembro de 2017 o caixa e equivalentes de caixa apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:



	<u>2017</u>	<u>2016</u>
No início do exercício	<u>3.176.651</u>	<u>4.912.015</u>
Disponibilidades	10.845	14.404
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.165.806	4.897.611
No final do exercício	3.218.293	<u>3.176.651</u>
Disponibilidades	19.776	10.845
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.198.517	3.165.806
Aumento / (Redução) do Caixa e equivalentes de caixa	<u>41 642</u>	(1 735 364)

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas consideradas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 — Demonstração do Fluxo de Caixa totaliza o montante de R\$ 3.172.056 (2016 — R\$ 2.240.375) e as aplicações em moedas estrangeiras totaliza o montante de R\$ 26.461 (2016 — R\$ 925.431).

				2017	2016
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas	<u></u>	640.628	3.553.332	4.193.960	3.174.367
Posição bancada		640.628	3.553.332	4.193.960	3.174.367
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	639.789	3.553.332	4.193.121	933.992
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	-	-	2.240.375
MTM "Hedge Accounting" Ajuste (*)	-	839	-	839	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros Não ligadas - CDI vinculados ao crédito rural	23.331 23.331			23.331 23.331	
Aplicações em moedas estrangeiras	<u>26.461</u>		<u> </u>	<u>26.461</u>	929.673

^(*) Vide Nota Explicativa nº 20"Hedge" "Hedge" de risco de mercado.

6 Títulos e valores mobiliários

Títulos disponíveis para venda

			2017	2016
	Valor da curva	Valor de mercado	Ajuste	Valor de mercado
Letras do Tesouro Nacional - LTN ("Hedge")	391.984	394.821 (*)	2.837	275.805 (*)
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	10.482
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.320.318	2.320.022	(296)	2.393.700
Debêntures	139.692	140.600	<u>908</u>	284.961
Total Geral	<u>2.851.994</u>	<u>2.855.443</u>	<u>3.449</u>	<u>2.964.948</u>



				2017	2016
Abertura por vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total_	Total
Letras do Tesouro Nacional - LTN ("Hedge")	-	-	394.821	394.821	275.805
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	10.482
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.093.916	845.500	380.606	2.320.022	2.393.700
Debêntures		140.600	<u>-</u>	140.600	284.961
Total Geral	<u>1.093.916</u>	<u>986.100</u>	<u>775.427</u>	<u>2.855.443</u>	2.964.948

^(*) Vide Nota Explicativa nº 20"Hedge" "Hedge" de risco de mercado.

Para os títulos e valores mobiliários categorizados como "para negociação" e "títulos disponíveis para venda", a avaliação a valor de mercado é efetuada descontando-se o fluxo futuro a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por área independente da área de negócios e que segue metodologia própria e as melhores práticas de mercado, de acordo com as características específicas de cada título, baseando-se principalmente em dados divulgados pela B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e ANBIMA. O ajuste de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" é reconhecido em conta especial do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os títulos classificados "para negociação" são avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período e são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC e títulos privados são custodiados na CETIP S/A – Mercados Organizados.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3d, o Banco registrou, em rubrica contábil constante do patrimônio líquido, como ajuste de marcação ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários categorizados como "títulos disponíveis para venda" no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ganho no montante de R\$ 336 (2016 – perda de R\$ 566), líquido dos efeitos tributários, e do ajuste de avaliação ao valor justo das aplicações em Letras do Tesouro Nacional objeto de "hedge", vide Nota Explicativa nº 20.

O montante de R\$ 1.219 (2016 – ganho de R\$ 5.218) foi registrado na conta de resultado em decorrência de aplicação de "hedge accounting" de títulos classificados na categoria títulos disponíveis para venda.

Valor e tipo de margens dadas em garantia Valores depositados em garantia

		2017	2016
Tipo de Título	Quantidade	Valor	Valor
Letras Financeiras do Tesouro	213.459	1.981.626	2.382.303
Letras do Tesouro Nacional	<u>100.000</u>	87.738	183.870
Total Geral	<u>313.459</u>	2.069.364	2.566.173



7 Operações de crédito

a. Composição do total da carteira de crédito por nível de risco e setor econômico

					2017	2016
		0	perações de créd	ito		
	Comércio	Indústria	Outros serviços	Rural	Total	Total
AA	5.481	404.209	250.927	-	660.617	745.095
A	-	29	-	-	29	984
В	6.197	8.046	3.081	-	17.324	60.996
C	-	-	3.571	-	3.571	1.948
D	-	16.093	-	-	16.093	9.519
Н	_	<u>-</u>	<u>-</u>	9.046	9.046	<u>-</u>
Sub-total	<u>11.678</u>	428.377	<u>257.579</u>	<u>9.046</u>	<u>706.680</u>	<u>818.542</u>
		Outros créditos	- Carteira de cân	ıbio / Aquisiç	ão sem coobriga	ıção
	Comércio	Indústria	Outros serviços	Rural	Total	Total
AA	34.554	320.429	149.157	_	504.140	245.973
В	_	<u>-</u>	<u>-</u>		-	30.404
Sub-total	<u>34.554</u>	320.429	<u>149.157</u>		<u>504.140</u>	<u>276.377</u>
Total Geral	<u>46 232</u>	<u>748 806</u>	<u>406 736</u>	<u>9 046</u>	<u>1 210 820</u>	<u>1 094 919</u>

b. Composição da carteira de crédito por produto e faixa de vencimento

					2017	2016
	Vencidos		A vencer			
Produto / Vencimento	Até 14 dias	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Capital de giro	_	57.977	221.683	-	279.660	406.537
Conta garantida	-	-	500	-	500	3.129
Repasse Res.CMN nº 3844/10	-	-	1.638	-	1.638	1.860
Financiamentos BNDES e Finame	-	29	737	32.943	33.709	34.734
Financiamentos à exportação	-	134.916	109.038	66.752	310.706	305.385
Financiamentos rurais	-	-	80.467	-	80.467	66.897
ACC / ACE	1.864	205.695	269.073	-	476.632	276.377
Aquisição sem coobrigação	<u>-</u>		27.508	<u>-</u> _	27.508	<u>-</u>
Total Geral	<u>1 864</u>	398 617	710 644	99 695	1 210 820	1 094 919



c. Composição da provisão por níveis de risco

De acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, apresentamos a seguir a composição da carteira de operações de crédito e de outros créditos com os correspondentes níveis de risco:

Total	de O	perações	-	2017
-------	------	----------	---	------

Nível de Risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Créditos em atraso	Total de créditos	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	1.162.893	1.864	1.164.757	-	1.513	0,13
A	0,50	29	-	29	-	-	0,61
В	1,00	17.324	-	17.324	173	359	2,07
C	3,00	3.571	-	3.571	107	230	6,44
D	10,00	16.093	-	16.093	1.609	1.923	11,95
Н	100,00	9.046		9.046	9.046	9.046	100,00
Total Geral		1.208.956	<u>1.864</u>	<u>1.210.820</u>	<u>10.935</u>	<u>13.071</u>	

Total de Operações - 2016

Nível de Risco	% Provisão mínima requerida	Créditos de curso normal	Créditos em atraso	Créditos de curso normal	Provisão mínima requerida	Total da provisão	% Efetivo de provisão
AA	-	991.068	-	991.068	-	1.386	0,14
A	0,50	984	-	984	5	7	0,71
В	1,00	91.400	-	91.400	914	1.993	2,18
C	3,00	1.948	-	1.948	58	130	6,67
D	10,00	9.519		9.519	952	<u>1.183</u>	12,43
Total Geral		1.094.919		1.094.919	1.929	4.699	

A provisão constituída pelo Banco é superior à provisão mínima requerida conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, devido ao critério de provisão determinado pela matriz (The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd), aplicado pelo Banco, que reflete a perspectiva de perda da Administração.

d. Concentração dos maiores devedores

			2017			2016	
	%			%			
	Saldo	Carteira	Provisões	Saldo	Carteira	Provisões	
Maior cliente	201.330	17	261	198.525	18	278	
10 seguintes maiores clientes	757.769	62	985	682.654	62	1.290	
Demais clientes	<u>251.721</u>	<u>21</u>	<u>11.825</u>	213.740	<u>20</u>	3.131	
Total Geral	<u>1 210 820</u>	<u>100</u>	<u>13 071</u>	<u>1 094 919</u>	<u>100</u>	<u>4 699</u>	



e. Operações ativas vinculadas

As informações relativas a operações ativas vinculadas realizadas na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02 estão demonstradas abaixo:

		2017		2016
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Operações ativas vinculadas	<u>201.330</u>	<u>3.474</u>	<u></u>	-
Operações de crédito	201.330	3.474	-	-
Obrigações por operações ativas vinculadas	<u>(201 107)</u>	<u>(3 190)</u>	-	<u>-</u>
Obrigações por repasse do exterior	(201.107)	(3.190)	-	-
Resultado líquido das operações vinculadas		<u>284</u>		
			2017	2016
Operações ativas vinculadas	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Total	Total
Operações de crédito	134.915	66.415	201.330	
Total Geral	<u>134.915</u>	<u>66.415</u>	<u>201.330</u>	<u></u>

A partir de março de 2017 o Banco iniciou as operações de financiamento às exportações — Nota de Crédito à Exportação (NCE) vinculados às captações no exterior na forma prevista na Resolução CMN nº 2.921/02.

Em 31 de dezembro o Banco não registrou inadimplência por parte dos credores e não identificou questionamento judicial.

f. Movimentação da provisão

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte durante o semestre/exercício:

	2º Semestre		Exercício	
	2017	2017	2016	
Saldo inicial	3.708	4.699	33.073	
Constituição de provisão	10.859	13.646	7.456	
Reversão de provisão	(1.496)	(5.274)	(15.834)	
Baixa	-	-	(19.996)	
Saldo final	<u>13.071</u>	<u>13.071</u>	<u>4.699</u>	
% da provisão sobre a carteira de créditos e outros créditos	1,08	1,08	<u>0,43</u>	

g. Outras informações

	2º Semestre		Exercício
Saldo inicial	2017	2017	2016
Créditos renegociados	<u>189.718</u>	371.040	273.529

As operações renegociadas são compostas, basicamente, por renovação nas operações de capital de giro.



Em agosto de 2017, recuperamos um crédito de R\$ 29.042 (2016 – R\$ 0) baixados anteriormente como prejuízo.

Do montante recuperado no período, R\$ 9.046 refere-se à renegociação de crédito já baixado para prejuízo e está registrado na carteira de crédito em 31 de dezembro de 2017 no rating H e tem vencimento em agosto de 2018.

8 Outros créditos - Diversos

	2017	2016
Devedores por depósito em garantia	235.220	221.448
Adiantamentos e antecipações salariais	270	223
Créditos tributários s/diferenças temporárias (vide Nota Explicativa nº 21)	47.709	61.045
Créditos tributários s/MTM títulos disponíveis para venda (vide Nota Explicativa nº 21)	-	463
Impostos e contribuições a compensar	26.929	65.362
Títulos e créditos a receber (com característica de operação de crédito)	27.508	-
Devedores diversos - país	16	1.062
Pagamentos a ressarcir	138	92
Outros	3	2
Total Geral	<u>337.793</u>	<u>349.697</u>

9 Ativo permanente

a. Imobilizado de uso

	Custo		Depreciação acumulada		Valor líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Terrenos	1.416	1.416	-	-	1.416	1.416
Edificações	33.415	29.041	18.912	16.690	14.503	12.351
Instalações, móveis e equipamentos de uso	7.201	7.286	3.729	3.226	3.472	4.060
Sistema de processamento de dados	16.083	17.996	9.856	7.836	6.227	10.160
Sistemas de transporte	1.208	871	882	844	326	27
Sistema de segurança	3.264	3.222	1.603	1.306	1.661	1.916
Sistema de comunicação	1.289	1.247	1.236	1.164	53	83
Imobilizações em curso	13	3.305			13	3.305
Total Geral	<u>63.889</u>	64.384	36.218	31.066	27.671	33.318

b. Ativos intangíveis

	Custo		Amortização acumulada		Valor líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Gastos com aquisição e desenvolvimento de						
logiciais (*)	55.960	49.129	32.092	24.768	23.868	24.361
Em curso	<u>12.198</u>	5.444			12.198	5.444
Total Geral	<u>68.158</u>	<u>54.573</u>	<u>32.092</u>	<u>24.768</u>	<u>36.066</u>	<u>29.805</u>

^(*) Implantação de novos sistemas.



10 Transações com partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd (controlador) e dependências, acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal chave da Administração e seus familiares.

		2017		2016
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades em moedas estrangeiras	<u> 19 272</u>	(45 355)	<u>10 326</u>	9 411
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	11.664			
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - London	3.928	-	741	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	3.420	_	9.318	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Hong Kong	177	-	211	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Mexico	46	-	56	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Singapore	17	-	-	-
Bank of Ayudhya Public Company Limited	20	-	-	-
- variação cambial	-	(45.355)	-	9.411
Aplicações interfinanceiras de liquidez em M/E	<u> 26.461</u>	(13.394)	<u>929.673</u>	<u>11.067</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	26.461	(13.394)	929.673	<u>11.067</u>
- juros	-	756	-	459
- variação cambial	-	(14.150)	-	10.608
Operações de Swap	<u>2 160</u>	<u>155</u>	<u>1 952</u>	<u>(5 651)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	2.160	<u>155</u>	<u>1.952</u>	(5.651)
- rendas de operações com derivativos	-	6.100	-	12.071
- despesas de operações com derivativos	-	(5.945)	-	(17.722)
Depósito à vista	<u>(4 858)</u>	<u>-</u>	<u>(4 473)</u>	<u>-</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(4.858)		(4.473)	
Obrigações por empréstimos e repasses	(3.177.330)	(160.471)	(3.740.987)	708.856
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	(2.808.288)	(157.427)	(3.740.987)	708.856
- juros	-	(47.999)	-	(35.171)
- variação cambial	-	(109.428)	-	744.027
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(369.042)	(3.044)	_	
- juros	-	(429)	-	-
- variação cambial	-	(2.615)	-	-
Dividendos a pagar	(2 538)		<u>(1 687)</u>	
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(2.538)	-	(1.687)	-
Prestação de serviços (Recebimentos e Pagamentos)	<u>3.008</u>	<u>47.546</u>	(13.366)	<u>19.560</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	3.012	<u>47.057</u>	(13.362)	19.381
- Recebimentos	3.277	23.317	9.551	29.109
- Provisão e reversão de provisão de pagamentos	(265)	23.740	(22.913)	(9.728)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	<u>(4)</u>	<u>(39)</u>	<u>(4)</u>	<u>(48)</u>
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Leasing and				
Finance		<u>528</u>		<u>227</u>



a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas realizada em 26 de abril de 2017 foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria e do Conselho Consultivo tendo por limite o valor máximo de R\$ 20.196 a serem distribuídos entre os Diretores e Conselheiro.

	2º Semestre		Exercício	
	2017	2017	2016	
Remuneração fixa	4.031	7.647	7.548	
Remuneração variável	<u>3.079</u>	<u>5.581</u>	<u>5.257</u>	
Total Geral	<u>7.110</u>	<u>13.228</u>	<u>12.805</u>	

O pagamento de remuneração variável aos administradores está de acordo com a Resolução CMN nº 3.921/2010, sendo então diferido no período de, no mínimo três anos, e estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações (2016 - 10.618), que representam 0,000243743% da totalidade.

O Banco não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da administração.

b. Outras informações

Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; e
- Acionista controlador do Banco.

Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas.

Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativos e Fiscais.

11 Depósitos e captações

					2017
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
À Vista	49.166		-	-	49.166
Interfinanceiros	-	20.735	-	-	20.735
A prazo (*)	-	356.363	759.826	1.855.146	2.971.335
Operações compromissadas	_	-	<u>138.873</u>	<u>15.176</u>	154.049
Total Geral	<u>49 166</u>	<u>377 098</u>	<u>898 699</u>	<u>1 870 322</u>	<u>3 195 285</u>



					2016
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
À Vista	90.079	-	-	-	90.079
Interfinanceiros	-	20.150	-	-	20.150
A prazo (*)	-	718.403	690.120	988.349	2.396.872
Letras financeiras	_	-	38.130		38.130
Total Geral	<u>90 079</u>	<u>738 553</u>	<u>728 250</u>	<u>988 349</u>	<u>2 545 231</u>

^(*) São classificados no Balanço Patrimonial no Passivo Circulante devido às características de liquidez.

12 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a captações em moeda estrangeira e são atualizadas pela variação cambial acrescida de "spread".

	2017	2016
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	2.808.288	3.740.987
Financiamento de operação de comércio exterior e outras obrigações em moeda estrangeira, com vencimento até abril de 2018 Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844, com vencimento até novembro de	2.586.091	2.325.578
2018	222.197	229.787
Captação externa na forma da Resolução CMN nº 3.844 "hedge accounting" - vide Nota Explicativa nº 20	-	1.185.622
	2017	2016
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	369.042	
Financiamento de operação de comércio exterior, com vencimento até abril de 2018	369.042	-
Barclays Bank Plc, London - London	<u>5.000</u>	=
Outras obrigações em moeda estrangeira, com vencimento até janeiro de 2018	5.000	-
Instituições oficiais - BNDES e FUNCAFÉ	<u>137.135</u>	176.708
Repasses no país com vencimento até agosto de 2027	137.135	176.708
Total Geral	<u>3 319 465</u>	<u>3 917 695</u>

13 Carteira de câmbio

a. Outros créditos - Ativo

	2017	2016
Câmbio comprado a liquidar	6.449.035	4.019.648
Direitos sobre venda de câmbio	5.771.011	4.554.494
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(7.528)	(990)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	1.866	1.330
Total Geral	<u>12.214.384</u>	<u>8.574.482</u>



b. Outras obrigações - Passivo

	2017	2016
Câmbio vendido a liquidar	5.836.039	4.398.936
Obrigações por compras de câmbio	6.371.369	4.254.221
Adiantamento sobre contratos de câmbio	(474.766)	(275.154)
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	_	107
Total Geral	<u>11 732 642</u>	<u>8 378 110</u>

14 Fiscais e previdenciárias

	2017	2016
Provisão de IR e CSLL	38.272	55.377
Provisão de IR e CSLL diferido (vide Nota Explicativa nº 21)	75.960	51.958
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	185	211
Impostos e contribuições sobre salários	3.507	3.126
Outros impostos (Federais)	3.302	8.618
Outros impostos (Municipais)	94	<u>72</u>
Total Geral	<u>121.320</u>	<u>119.362</u>

15 Ativos e passivos relacionados a contingências trabalhistas, cíveis e fiscais

As provisões para passivos contingentes e fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica "Outras Obrigações – Diversas" quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais.

As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros créditos – Diversos".

As provisões trabalhistas referem-se a ações ajuizadas pelos ex-funcionários e prestadores de serviços. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando características individuais de cada ação.

Não tivemos ativos contingentes a serem reconhecidos na data-base.



					Exercício 2017	
	·	Provisão para contingências				
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização / Reversão	Saldo final	Judiciais (iii)	
Trabalhistas	15.198	5.223	(3.792)	16.629	5.493	
Cíveis	20.127	2.569	-	22.696	1.216	
Fiscais	<u>115.417</u>	6.655	<u>(39)</u>	122.033	228.511	
IR/CSLL (i)	43.713	1.845	-	45.558	119.429	
COFINS (ii)	69.872	4.566	-	74.438	74.438	
ISS	1.353	201	(39)	1.515	33.221	
Outros	479	43	-	522	1.423	
Total Geral	150 742	14 447	(3.831)	161 358	235 220	

					Exercício 2016	
		Provisão para contingências				
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização / Reversão	Saldo final	Judiciais (iii)	
Trabalhistas	7.968	8.964	(1.734)	15.198	4.772	
Cíveis	18.440	1.795	(108)	20.127	1.213	
Fiscais	<u>107.915</u>	<u>7.532</u>	<u>(30)</u>	115.417	<u>215.463</u>	
IR/CSLL (i)	41.260	2.453	-	43.713	114.138	
COFINS (ii)	64.900	4.972	-	69.872	69.872	
ISS	1.299	84	(30)	1.353	30.102	
Outros	456	23	-	479	1.351	
Total Geral	<u>134 323</u>	<u>18 291</u>	<u>(1872)</u>	<u>150 742</u>	<u>221 448</u>	

- (i) Refere-se, principalmente, a obrigação legal relativa à discussão judicial relacionada à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores. O Banco aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/09 (Programa REFIS) desistindo da discussão judicial. Todavia essa discussão ainda não foi transitada em julgado, portanto, não houve impacto contábil.
- (ii) Refere-se a obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos o risco de perda para tal processo é possível.
- (iii) O saldo de depósitos inclui, também, os depósitos para riscos avaliados como possível ou remoto de perda.

Existem outros processos de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, atualizado no montante de R\$ 130.158 (2016 – R\$ 93.400) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, e são compostos basicamente pelos seguintes casos:



- Ações trabalhistas R\$ 52.000 (2016 R\$ 20.000): As contingências classificadas como
 possíveis são baseadas nas análises dos assessores jurídicos responsáveis pela condução dos
 casos.
- Devolução de valores de IR, CSLL, PIS e COFINS R\$ 33.300 (2016 31.000): Trata-se de Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de assegurar o direito do Banco não ser compelido ao recolhimento do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS sobre os valores já recebidos e aqueles a serem recebidos a título de juros indenizatórios, por força dos indébitos tributários reconhecidos nas ações ordinárias, especialmente para recuperar os indébitos tributários àqueles títulos mediante compensação ou restituição administrativas a serem promovidas depois do encerramento do Mandado de Segurança ora impetrado.
- Compensação Art.74 Lei 9.430/96 E Lei 10.637/02 COFINS (02/1998 a 12/2000) R\$ 24.700 (2016 R\$ 24.000): Trata-se de Mandado de Segurança para garantir o direito do Banco de proceder a compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de COFINS no período de 02/99 a 12/2000, nos termos do artigo 74 da lei nº 9.430/96, com redação dada pela lei nº 10.637/2002, acrescidos da taxa de juros Selic, conforme determinado pela lei nº 9.250, de 27/12/1995.
- Pedido de Restituição do PIS R\$ 11.700 (2016 R\$ 10.900): Trata-se de Processo Administrativo instaurado para verificar o pedido de restituição de crédito de PIS recolhido indevidamente com base nos Decretos-Lei nº 2.445/88 e 2.449/88 (PIS-Decretos), que foi utilizado em Declarações de Compensação (DCOMP) com o intuito de compensar débitos da mesma contribuição. O crédito objeto do PER foi reconhecido em decisão judicial transitada em julgado nos autos da Ação Ordinária. A despeito da correta apuração do saldo remanescente e da existência de crédito incontroverso acobertado pela coisa julgada, a Delegacia Especial de Instituições Financeiras da Receita Federal do Brasil (DEINF) reconheceu apenas parte do saldo remanescente do crédito de PIS-Decretos, por entender que os recolhimentos de PIS-Decretos efetuados entre janeiro e março de 1990 não estavam contemplados na mencionada Ação Ordinária.

16 Provisão para garantias prestadas e outras coobrigações

As provisões para garantias financeiras prestadas e outras coobrigações são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica "Outras Obrigações – Diversas". Referem-se a valores relativos a prováveis desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas e créditos abertos para importação de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.512/16.

	2º Semestre		Exercício
	2017	2017	2016
Saldo inicial	3.850	4.938	6.251
Constituição de provisão	121	1.033	1.360
Reversão de provisão	(2.262)	(4.262)	(2.673)
Saldo final	<u> 1.709</u>	<u> 1.709</u>	4.938



	2017			2016
	Garantias prestadas	Provisão	Garantias prestadas	Provisão
Vinculados a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	320	1	1.666	2
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	84.775	382	155.572	3.182
Outras fianças bancárias	759.790	1.321	579.941	1.754
Créditos abertos para importação	3.445	5		-
Total Geral	<u>848.330</u>	<u>1.709</u>	<u>737.179</u>	<u>4.938</u>

17 Outras obrigações – Diversas

	2017	2016
Provisão para contingências (vide Nota Explicativa nº 15) (*)	161.358	150.742
Provisão para garantias financeiras prestadas e outras coobrigações (vide Nota		
Explicativa nº 16)	1.709	4.938
Provisão para pagamentos a efetuar - despesas de pessoal	29.470	27.707
Provisão para pagamentos a efetuar - prestação de serviços de ligadas (vide Nota		
Explicativa nº 24 c.)	397	22.916
Provisão para pagamentos a efetuar - outros pagamentos	1.785	1.365
Passivos atuariais (vide Nota Explicativa nº 23)	7.869	3.590
Credores diversos - país	3.872	2.521
Total Geral	<u>206.460</u>	<u>213.779</u>

^(*) Conforme Carta-Circular BACEN nº 3.782, a rubrica "Provisão para riscos fiscais" foi reclassificada de "Outras obrigações – fiscais e previdenciárias" para "Outras obrigações – diversas". O saldo de 2016 foi ajustado para fins de comparabilidade.

18 Patrimônio líquido

O capital social é representado por 4.356.234.893 (2016 – 4.356.234.893) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 13.599.844 (2016 – 13.599.844) de ações de acionistas residentes no país, 24.714.392 (2016 – 24.714.392) ações em tesouraria e 4.317.920.657 (2016 - 4.317.920.657) ações de residentes no exterior.

O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, calculados sobre o total de ações em circulação, descontando o percentual de ações em tesouraria. Para este exercício foi destacado o montante de R\$ 4.226 (2016 – R\$ 4.702).

Caso o acionista não efetue o resgate do dividendo no prazo de 3 anos a partir da data de distribuição, o valor é revertido para o Patrimônio líquido.

As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria.

A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de capital de Giro e Manutenção de Margem Operacional conforme previsto no Estatuto.



19 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos preços de ativos, nas taxas de juros e outros fatores que podem afetar as posições das carteiras do Banco nos diversos mercados onde atua. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados como "hedge" possuem sempre risco de crédito igual ou superior àquele do instrumento financeiro coberto.

O valor de mercado dos "swaps" é apurado considerando o fluxo de caixa estimado de cada uma de suas pontas, descontando a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço.

As operações a termo são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão de fluência dos prazos dos contratos, até a data do balanço.

Negociação e intermediação de valores – operações de futuros: os ajustes diários são contabilizados em conta de ativo e passivo e apropriados diariamente como receitas e despesas. Em 31 de dezembro, o ajuste diário dessas operações foi de R\$ (22.876) (2016 – R\$ (108.007)).

As operações de futuros são negociados e custodiados na B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e as operações de "Swap" e NDF são custodiados na Cetip S.A. – Mercados Organizados.

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 – Brasil, Bolsa e Balcão e contas fiduciárias são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 2.069.364 (2016 – R\$ 2.566.173), registradas como vinculados à prestação de garantias.

Em 31 de dezembro, as posições em instrumentos financeiros derivativos eram representadas como segue:

				2017
Valor Referencial	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
FUTUROS	4.860.338	6.007.606	3.236.800	14.104.744
Compra	3.816.814	5.265.801	2.770.411	11.853.026
Cupom cambial	3.436.690	5.265.801	2.696.548	11.399.039
Moeda estrangeira	380.124	-	-	380.124
Taxa de juros	-	-	73.863	73.863
Venda	1.043.524	<u>741.805</u>	466.389	2.251.718
Moeda estrangeira	381.275	-	-	381.275
Taxa de juros	662.249	741.805	466.389	1.870.443





				2017
	4.400 7	De 91 a	Acima de 365	
Valor Referencial	Até 90 dias	365 dias	dias	<u>Total</u>
SWAP	<u>762.060</u>	<u>6.201.149</u>	<u>3.505.260</u>	<u>10.468.469</u>
CDI X US\$	647.688	3.661.081	2.343.802	6.652.571
CDI X PRÉ	10.041	-	10.041	20.082
CDI X Libor	22.600	990.759	454.027	1.467.386
US\$ X CDI	-	50.000	50.000	100.000
Libor X US\$	25.829	836.770	373.411	1.236.010
PRÉ X CDI	-	3.000	1.500	4.500
PRÉ X US\$	55.902	96.200	71.200	223.302
PRÉ X EURO	-	114.478	-	114.478
Libor X PRÉ	-	448.861	201.279	650.140
NDF	305.908	<u>86.265</u>	<u>8.011</u>	400.184
Posição comprada	46.320	16.900		63.220
Dólar	39.146	16.208	-	55.354
Euro	6.496	-	-	6.496
Franco Suiço	678	692	-	1.370
Posição vendida	<u>259.588</u>	<u>69.365</u>	<u>8.011</u>	336.964
Dólar	238.286	39.937	3.675	281.898
Euro	-	-	4.336	4.336
Ien	21.302	29.428	-	50.730

				2016
Valor Referencial	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
FUTUROS	5.599.013	5.946.823	5.342.746	16.888.582
Compra	4.247.044	4.229.003	4.855.925	13.331.972
Cupom cambial	2.715.573	4.229.003	4.758.688	11.703.264
Moeda estrangeira	692.822	-	-	692.822
Taxa de juros	838.649	-	97.237	935.886
Venda	1.351.969	1.717.820	<u>486.821</u>	3.556.610
Cupom cambial	287.975	43.137	241.654	572.766
Moeda estrangeira	350.732	-	10.598	361.330
Taxa de juros	713.262	1.674.683	234.569	2.622.514
SWAP	<u>856.500</u>	3.848.635	7.864.087	12.569.222
CDI X US\$	784.624	1.816.517	2.176.748	4.777.889
CDI X PRÉ	-	-	20.082	20.082
CDI X Libor	22.838	506.330	2.386.813	2.915.981
US\$ X CDI	-	750.000	50.000	800.000
Libor X US\$	26.133	576.628	2.178.859	2.781.620
PRÉ X CDI	400	1.000	4.500	5.900
PRÉ X US\$	22.505	105.060	224.081	351.646
Libor X PRÉ	-	93.100	823.004	916.104



				2016
Valor Referencial	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
NDF	<u>674.273</u>	<u>777.381</u>	<u>5.904</u>	<u>1.457.558</u>
Posição comprada	<u>104.845</u>	<u>35.511</u>		140.356
Dólar	79.109	34.777	-	113.886
Euro	14.705	-	-	14.705
Ien	10.319	-	-	10.319
Franco Suiço	712	734	-	1.446
Posição vendida	<u>569.428</u>	<u>741.870</u>	<u>5.904</u>	1.317.202
Dólar	116.183	122.991	-	239.174
Euro	26.009	-	-	26.009
Ien	427.236	618.879	5.904	1.052.019

			2017			2016
	Val	or	Ajuste	Val	or	Ajuste
	MTM (a)	Accrual (b)	(a) - (b)	MTM (a)	Accrual (b)	(a) - (b)
SWAP	(346.001)	(376.811)	<u>30.810</u>	<u>(448.464)</u>	(473.638)	<u>25.174</u>
CDI X US\$	(216.346)	(231.673)	15.327	(324.021)	(315.349)	(8.672)
CDI X PRÉ	(820)	(38)	(782)	56	538	(482)
CDI X Libor	(141.988)	(141.907)	(81)	(93.265)	(108.969)	15.704
US\$ X CDI	(2.059)	(2.754)	695	(56.118)	(61.293)	5.175
Libor X US\$	5.065	112	4.953	6.183	(1.321)	7.504
PRÉ X CDI	263	63	200	66	19	47
PRÉ X US\$	12.121	2.098	10.023	20.456	12.918	7.538
PRÉ X EURO	(2.102)	(2.908)	806	-	-	-
Libor X PRÉ Ajuste CVA (vide Nota Explicativa n 22)	2.160 (2.295)	196	1.964 (2.295)	1.952 (3.773)	(181)	2.133 (3.773)
•						
NDF	<u>(881)</u>	<u>(2.150)</u>	<u>1.269</u>	<u>211.079</u>	<u>209.544</u>	<u>1.535</u>
Posição comprada	<u>293</u>	<u>530</u>	<u>(237)</u>	(9.085)	(8.458)	<u>(627)</u>
Dólar	49	268	(219)	(7.725)	(6.901)	(824)
Euro	248	256	(8)	(1.144)	(1.242)	98
Ien	-	-	-	(75)	(168)	93
Franco Suiço	(4)	6	(10)	(141)	(147)	6
Posição vendida	(1.174)	(2.680)	<u>1.506</u>	220.164	218.002	2.162
Dólar	(3.037)	(3.725)	688	16.635	15.706	929
Euro	(8)	(56)	48	2.037	2.247	(210)
Ien Ajuste CVA (vide Nota	1.899	1.101	798	202.915	200.049	2.866
Explicativa n 22)	(28)	-	(28)	(1.423)	-	(1.423)



		2017		2016
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Diferen	cial	Diferen	cial
	a receber	a pagar	a receber	a pagar
Total Geral	<u>278.760</u>	<u>625.642</u>	<u>807.065</u>	<u>1.044.450</u>
Total Swap	<u>275.451</u>	<u>621.452</u>	<u>586.662</u>	1.035.126
Swap	277.746	621.452	590.435	1.035.126
Ajuste CVA	(2.295)	-	(3.773)	-
Total NDF	3.309	<u>4.190</u>	220.403	<u>9.324</u>
NDF	3.337	4.190	221.826	9.324
Ajuste CVA	(28)	-	(1.423)	-

20 "Hedge" - "Hedge" de risco de mercado

O Banco adota a política de proteção em consonância com suas políticas de gestão de risco. Estas operações de "hedge" são realizadas em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/2002, que exige avaliação periódica de efetividade de "hedge" e o registro a mercado tanto do instrumento financeiro derivativo como do item objeto de "hedge", considerando tratar-se de uma operação de "hedge" de valor justo.

O Banco possui contratos de futuros utilizados como instrumento de "hedge", em estratégia de "hedge" de valor justo.

Os objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários inicialmente designados como disponíveis para venda, obrigações por empréstimos no exterior e operações de compromissada.

As estratégias de "hedge" visam proteger o Banco contra:

Estratégia 1: Risco de variação cambial e risco de variação na taxa de juros para pagamentos de principal e juros, referente às captações de recursos contraídas no exterior indexados pela moeda norte americana; e

Estratégias 2 e 3: Risco de variação na taxa de juros pela compra de títulos públicos federais a taxa de juros pré-fixada.

A efetividade verificada na carteira de "hedge" encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02.



			2017		2016
Instrumento / Operação	Estratégia 1	Estratégia 2	Estratégia 3	Estratégia 1	Estratégia 2
Instrumento de "hedge" de valor justo	Operações de futuros contratadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão	Operações de futuros contratadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão
Objeto de "hedge" de valor justo	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)	Títulos públicos federais - operações compromissadas	Captações em moeda norte americana	Letras do Tesouro Nacional (títulos públicos)
Valor justo do instrumento de "hedge"	-	(394.808)	(1.017.415)	1.181.529	(275.812)
Valor justo do objeto de "hedge"	-	394.821	1.022.342	(1.181.271)	275.805
Valor justo 1 dia diferido do objeto de "hedge"	-	-	-	(4.351)	-
Ganho (perda) referente ao instrumento de "hedge"	(6.827)	(18.677)	(22.165)	(419.974)	255.509
Ganho (perda) referente ao objeto de "hedge"	6.761	18.772	22.342	393.686	(255.738)
Taxa de efetividade	99,47%	99,98% - 99,99%	100%	97,74% - 100%	99,97% - 99,99%
			2017		2016
		Valor	Valor	Valor	Valor
Instrumentos de "Hedge"		referencial	MTM	referencial	MTM
Contratos de futuros - DDI		-	-	1.181.529	-
Contratos de futuros - DI		<u>1.411.850</u>	<u>-</u>	275.812	
Total Futuros		<u>1.411.850</u>	-	<u>1.457.341</u>	



21 Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações dos exercícios são demonstrados a seguir:

Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>2017</u> <u>151,910</u>	Exercício 2016 168.686
Total das adições	42.619	119.258
Despesas administrativas, de pessoal e tributárias	843	1.069
Provisão para bônus a pagar	6.947	7.886
Provisão para passivos contingentes fiscais, cíveis e trabalhistas	10.656	16.354
Provisão de outros créditos e de operações de créditos	8.371	-
Provisão para pagamento de despesas administrativas e de pessoal	-	6.029
Ajuste positivo ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	71.349
Ajuste MTM "hedge accounting" captação	1.241	-
Despesas de preços de transferência	6.179	5.466
Outras despesas	8.382	11.105
Total das exclusões	(108.531)	(164.431)
Ajuste negativo ao valor de mercado - TVM e derivativos	(5.371)	-
Atualização de depósitos judiciais	(13.498)	(13.433)
Reversão de provisão para pagamento de despesas administrativas	(22.190)	-
Reversão da provisão de outros créditos e de operações de crédito	-	(8.377)
Provisão pagamento participação nos lucros e resultados	(448)	(743)
Reversão da provisão para passivos contingentes fiança	(3.229)	(1.313)
Ajuste ao valor contábil dos futuros DI/DDI (Accrual X MTM)	(33.863)	(118.821)
Reversão do ajuste MTM "hedge accounting"	(839)	(21.514)
Reversão / recuperação créditos baixados para prejuízo	(29.042)	-
Outras receitas	(51)	(230)
Sub-total	<u>85.998</u>	<u>123.513</u>
Base de cálculo do inposto de renda e contribuição social	85.998	123.513
Imposto de renda e contribuição social	(38.272)	(55.419)
IRPJ e CSLL - Valores diferidos	(39.077)	(30.297)
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>(77 349)</u>	<u>(85 716)</u>

O Banco constitui crédito tributário parcial decorrente de diferenças temporárias de acordo com as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.059/02 e posteriormente alterada pela Resolução CMN nº 3.355/06. Os créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro em decorrência de processos fiscais e cíveis foram de R\$ 37.058 (2016 – R\$ 37.075).

A administração do Banco, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31 de dezembro de 2017, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá de acordo com a redução das provisões, com base nas amortizações dos contratos de fiança e das parcelas dos contratos de operações de crédito, com pagamentos de despesas administrativas (participação nos lucros e resultados e outros pagamentos a efetuar), com os ajustes a valor de mercado de títulos categorizados como "disponível para venda" e "hedge accounting" de captações e com a estimativa de encerramento dos processos informados pelos escritórios de advocacia para as provisões trabalhistas.



		2017		2016
	Diferenças	Crédito	Diferenças	Crédito
	temporárias	tributário	temporárias	tributário
Provisões para operações de crédito	3.371	1.517	23.689	10.660
Provisões para outros créditos	655	295	1.007	453
Provisão para pagamentos a efetuar Previda	9.125	4.106	4.647	2.091
Provisão para bônus	13.512	6.080	12.146	5.466
Provisão para contingências trabalhistas	16.629	7.483	15.198	6.840
Provisão para avais e fianças	1.709	769	4.938	2.222
Provisão participação nos lucros e resultados	2.884	1.298	3.333	1.500
Provisão para pagamentos a efetuar	1.464	659	23.654	10.644
Provisão para passivos contingentes	57.509	25.879	48.283	21.728
Ajuste MTM de "hedge accounting"	(839)	(378)	(1.241)	(559)
Ajuste MTM de títulos disponíveis para venda	<u> </u>	-	1.029	<u>463</u>
Total Geral	<u>106.019</u>	<u>47.709</u>	<u>136.683</u>	<u>61.508</u>

a. Movimentação de créditos tributários

	Exercic	
	2017	2016
Saldo inicial	61.508	74.106
Constituição de crédito tributário	12.184	24.465
Realização de crédito tributário	<u>(25.983)</u>	(37.063)
Saldo final	<u>47.709</u>	61.508

b. Movimentação do passivo fiscal diferido

	Exer	
	2017	2016
Saldo inicial	51.958	34.897
Atualização depósito judicial	6.071	5.918
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	17.655	11.143
Ajuste a valor de mercado dos títulos de renda fixa	<u>275</u>	
Saldo final	75.959	51.958



De acordo com o estudo técnico do Banco, a expectativa de realização dos créditos tributários é demonstrada abaixo:

		2017			2016
Ano	Expectativa de realização de crédito tributário	Valor presente crédito tributário (taxa DI)	Ano	Expectativa de realização de crédito tributário	Valor presente crédito tributário (taxa DI)
2018	14.474	13.541	2017	31.675	27.875
2019	6.045	5.291	2018	3.871	2.998
2020	5.872	4.808	2019	2.764	1.884
2021	3.112	2.384	2020	3.516	2.109
2022	3.101	2.223	2021	3.281	1.732
A partir de 2023	<u>15.105</u>	8.910	A partir de 2022	<u>16.401</u>	<u>5.998</u>
Total geral	<u>47 709</u>	<u>37 157</u>	Total geral	<u>61 508</u>	<u>42 596</u>

22 Acordo da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 2.099/94, com alterações introduzidas pelas Resoluções CMN nº 4.912/13 e 4.913/13 e Circular BACEN nº 3.644/13, alterada pela Circular BACEN nº 3.834/17 apresentando índice de patrimônio em relação aos ativos ponderados, conforme segue:

	2017	2016
Risco de crédito	2.690.739	4.070.536
Risco de mercado	1.170.223	1.179.835
Risco operacional	<u>626.580</u>	<u>546.009</u>
Ativos ponderados pelo Risco (RWA)	4.487.542	5.796.380
Patrimônio de Referência (PR)	1.424.721	1.370.650
Patrimônio de referência exigido	387.050	608.620
Margem sobre patrimônio de referência requerido	1.037.671	762.030
Índice de Basileia (IB) - PR/RWA	31,75%	23,65%

Ajuste prudencial

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.277/13 com nova redação pela Resolução CMN nº 4.389/14, foram analisados os instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado para eventual ajuste prudencial, para os seguintes produtos:

- 1. Títulos públicos federais: "Títulos disponíveis para venda";
- 2. Títulos privados marcados pelo valor de mercado Notas promissórias e debêntures marcadas pelo valor de mercado;
- 3. Contratos futuros negociados na B3 Brasil, Bolsa e Balcão; e
- 4. Derivativos de Balcão NDF e Swap.



Dentre os produtos avaliados acima, tivemos ajuste CVA no produto "Derivativos de balcão – NDF e Swap" resultando um reconhecimento contábil na data-base de 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 2.323 (2016 – R\$ 5.196).

Os demais itens não tiveram ajustes tendo em vista que os títulos públicos federais e contratos futuros são negociados de forma ativa e frequente e cujos preços foram baseados em informações independentes, em que o preço refletia adequadamente o valor líquido provável de realização.

Com relação aos títulos privados, a metodologia de precificação já contempla o componente de risco de crédito.

23 Plano de previdência complementar

O Banco é patrocinador de um plano de benefício complementar, Plano de benefícios Previda de benefício definido, administrado pelo Multipensions Bradesco fundo multipatrocinado de previdência privada, entidade fechada de previdência complementar. O saldamento desse plano ocorreu no 2º semestre de 2015.

Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente.

Os ativos estão alocados em 100% em renda fixa.

O cálculo atuarial é atualizado anualmente na data-base de 31 de dezembro.

Em 31 de dezembro de 2017, conforme cálculos atuariais, a Previda apresentou obrigação atuarial a valor presente e valor justo dos ativos demonstrado abaixo:

_	2017	2016
Reconciliação do Valor das Obrigações Atuariais		
Valor da obrigação no final do ano anterior	69.858	61.179
Custo dos juros	7.560	7.575
Remensurações	6.865	7.435
Benefícios pagos pela empresa	(6.822)	(6.331)
Valor da obrigação no final do ano	<u>77 461</u>	<u>69 858</u>
Reconciliação do Valor Justo dos Ativos	2017	2016
Valor justo dos ativos no final do ano anterior	66.268	<u>56.019</u>
Receita de juros	7.174	7.410
Remensurações	2.387	7.988
Contribuições da Empresa	585	1.182
Benefícios pagos pelo plano	(6.822)	(6.331)
Valor justo dos ativos no final do ano	<u>69.592</u>	<u>66.268</u>
Passivo / Ativo Líquido	<u>7.869</u>	<u>3.590</u>
	2010	2015
Valores Projetados a serem Reconhecidos no Resultado do Próximo Exercício	2018	2017
Custo líquido com juros		
Juros sobre as obrigações	7.744	7.560
Juros (retorno) sobre os ativos do plano	<u>(6.957)</u>	<u>(7.174)</u>
Total de despesa reconhecida no Resultado do Exercício	<u>787</u>	<u>386</u>



Conforme Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012, foi reconhecido no decorrer do 2º semestre de 2017 a remensuração de provisão, incluindo os custos de juros e contribuições da empresa, o montante de R\$ 4.279 registrado na conta de passivos atuariais que totalizou o montante de R\$ 7.869 (2016 – R\$ 3.590).

Em 31 de dezembro de 2017 foram consideradas as seguintes premissas:

	2017	2016
Taxa de inflação	4,50% ao ano	5,00% ao ano
Taxa de desconto	10,00% ao ano	11,39% ao ano
Índice de reajuste de benefícios do Plano acima da inflação	Próximos 5 anos: 5,55% ao ano	5,00% ao ano

O Banco é patrocinador de um plano de previdência complementar, Fitprev plano de benefícios de contribuição definida, administrado pelo Multipensions Bradesco fundo multipatrocinado de previdência privada, entidade fechada de previdência complementar, para seus funcionários e administradores admitidos após o fechamento do plano Previda, sendo que o valor da contribuição no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 2.569 (2016 – R\$ 3.054).

As obrigações atuariais do plano Fitprev estão integralmente cobertas pelo patrimônio do plano.

24 Outras informações

a. Composição de despesas de pessoal:

	2º Semestre	Exercício	
	2017	2017	2016
Despesas de honorários	7.110	13.228	12.805
Despesas de pessoal - benefícios	5.446	10.721	10.204
Despesas de pessoal - encargos sociais	16.713	31.928	33.331
Despesas de pessoal - proventos (*)	38.980	75.780	78.022
Despesas de pessoal - treinamento	<u>737</u>	1.129	<u>744</u>
<u>Total</u>	<u>68.986</u>	<u>132.786</u>	<u>135.106</u>

^(*) Composto basicamente por salários, gratificações de função, férias, participação nos lucros e resultados, bônus por desempenho e 13º salário.



b. Composição de outras despesas administrativas:

	2º Semestre	Semestre Exercício	
	2017	2017	2016
Despesas de amortização e depreciação	6.519	12.674	10.235
Despesas de processamento de dados	6.393	12.409	11.480
Despesas de serviços do sistema financeiro	5.591	10.917	10.578
Despesas de serviços técnicos especializados (*) Vide Nota Explicativa n 24 c.	2.328	10.303	14.427
Despesas de viagens ao exterior	1.627	3.366	2.816
Despesas de serviços de terceiros	1.453	2.748	2.193
Despesas de aluguéis	1.289	2.545	2.853
Despesas de serviços de vigilância e segurança	1.245	2.345	2.141
Despesas de comunicação	1.215	2.330	2.367
Despesas de manutenção e conservação de bens	950	1.842	1.833
Despesas de água, energia e gás	396	779	791
Despesas de viagens no país	161	320	447
Outras despesas	2.371	4.621	4.700
Total Geral	<u>31 538</u>	<u>67 199</u>	<u>66 861</u>

c. Composição de outras receitas operacionais:

	2º Semestre	Exercício	
	2017	2017	2016
Recuperação de provisão assessoria técnica (*)	18.381	23.740	-
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	6.407	13.498	13.433
Recuperação de encargos e despesas (*)	443	884	2.433
Reversão de provisões operacionais	3.089	4.178	1.648
Atualização monetária de impostos e contribuições a compensar	3	6	16
Outras receitas	<u>381</u>	394	28
Total Geral	<u>28.704</u>	<u>42.700</u>	<u>17.558</u>

^(*) Os valores referem-se a reversão da provisão de serviços de preço de transferência junto ao The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York.

d. Composição de outras despesas operacionais:

	2º Semestre	Exercício	
	2017	2017	2016
Provisão para riscos fiscais	2.886	6.656	7.538
Provisão para passivos trabalhistas	-	3.443	8.946
Provisão para outros passivos contingentes	1.131	2.569	1.795
Reversão de receita de preço de transferência	-	1.324	-
Outras despesas	<u>129</u>	501	500
Total Geral	<u>4 146</u>	<u>14 493</u>	<u>18 779</u>



e. Composição de receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias:

Essa rubrica é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	2º Semestre	Exercício	
	2017	2017	2016
Receitas e comissões e prestação de serviços	13.325	25.170	29.336
Garantias prestadas	3.461	6.769	5.821
Rendas de outros serviços	916	1.199	398
Tarifas bancárias	515	1.076	1.150
Taxa de administração	90	225	279
Cobrança	40	80	128
Total Geral	<u>18.347</u>	<u>34.519</u>	<u>37.112</u>

f. Gerenciamento de Risco

A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A encontra-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufg.jp.

• Risco de Crédito

Em atendimento à Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A instituiu a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito para o monitoramento e controle dos riscos de crédito bem como o cumprimento à política de crédito.

• Risco de Mercado

Em atendimento à Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui uma Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado assumidos pelo Banco.

• Risco de Liquidez

Em atendimento à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui uma Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez assumidos pelo Banco.

• Risco Operacional

Em atendimento à Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A implantou uma Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, e



adota como metodologia a "Abordagem do Indicador Básico" para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional, conforme Circular do Banco Central do Brasil nº 3.640 de 4 de março de 2013.

• Estrutura de Gerenciamento de Risco de Capital

Em atendimento à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A instituiu a Política de Gerenciamento de Capital, os processos, os procedimentos e sistemas necessários para a implementação dessa estrutura que são revisados anualmente.

Note-se que a partir de fevereiro de 2018 todas as resoluções referentes ao Gerenciamento de Risco e Capital serão revogadas valendo assim a Resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do Conselho Monetário Nacional.

• Razão da Alavancagem (RA)

Em atendimento a Circular do Banco Central do Brasil nº 3.748 de 25 de fevereiro de 2015, as informações relacionadas à metodologia para apuração da Razão da Alavancagem (RA) encontram-se disponível no endereço eletrônico www.br.bk.mufg.jp.

25 Convergência as Normas Internacionais de Contabilidade

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- ✓ Resolução nº 3.566/08 Redução ao Valor recuperável de ativos (CPC 01 R1);
- ✓ Resolução nº 3.604/08 Demonstração do fluxo de caixa (CPC 03 R2);
- ✓ Resolução nº 3.750/09 Divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 R1);
- ✓ Resolução nº 3.823/09 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25);
- ✓ Resolução nº 3.973/11 Evento subsequente (CPC 24);
- ✓ Resolução nº 3.989/11 Pagamento baseado em ações (CPC 10 R1);
- ✓ Resolução nº 4.007/11 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23):
- ✓ Resolução nº 4.144/12 Pronunciamento conceitual básico (R1) e
- ✓ Resolução nº 4.424/15 Benefícios a empregados (CPC 33 R1).

* * *

Contadora: Iracema Chou Ma

CRC: 1SP319654/O-0



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e à Administração do **Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A** São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de março de 2018.

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC 1SP252418/O-3



Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria que tem um Diretor Responsável que também é o Ouvidor, nos termos da Lei, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes (usuários de seus produtos e serviços), inclusive na mediação de conflitos.

Horário de Atendimento: das 9hs às 18hs, em dias úteis.

Telefone: 0800 770 4060

Endereços e Telefones

Matriz - São Paulo - SP

Av. Paulista, 1.274 Caixa Postal 2840

CEP 01310-925 Bairro: Bela Vista

Tel.: (0xx11) 3268-0211 Fax: (0xx11) 3268-0232

Rio de Janeiro - RJ

Praia de Botafogo, 228 - 12º andar - Sala 1.201-A

CEP 22250-906 Bairro: Botafogo Tel.: (0xx21) 2588-6900 (PABX)

Fax: (0xx21) 2551-6963